



Simulado Final

CNJ

Cargo: Analista Judiciário
Área Judiciária – Pós-Edital

Simulado

Simulado Final CNJ (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do CNJ**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/cmweob5UTugvYLUA9>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategi.ac/0w1732>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Janaína Arruda***Texto I**

A partir do momento em que se deflagrou a Revolução Industrial, verificaram-se a existência de competitividade e concorrência entre as indústrias e a consequente importância de se proteger o conhecimento desenvolvido, principalmente em função do valor econômico inerente a ele. Por essa razão, os ordenamentos jurídicos iniciaram um movimento de positividade com a finalidade de garantir proteção aos direitos de propriedade intelectual.

Com o passar do tempo, observou-se, adicionalmente, que a proteção não poderia ficar restrita somente ao território nacional: era necessário que a propriedade intelectual fosse regulamentada em caráter supranacional, já que as invenções não estavam restritas ao lugar onde foram criadas. Por essa razão, a propriedade intelectual passou a ser protegida internacionalmente, por meio da Convenção da União de Paris, datada de 1883.

Ocorre que, como é notório, nas últimas décadas, principalmente em decorrência do acesso à informação proporcionado pela Internet e da facilitação da transmissão de dados realizada por meio da rede mundial de computadores, várias questões relacionadas ao tema tiveram de ser repensadas.

E foi justamente essa revolução tecnológica — promovida em grande parte pela globalização e pela reestruturação da comunicação — que influenciou o surgimento da chamada sociedade de informação. Exatamente nesse ponto do desenvolvimento é que se passou a observar que o excesso de proteção aos direitos de propriedade intelectual poderia ocasionar a supressão da difusão do conhecimento para a população, em decorrência da grande quantidade de limites impostos pelas legislações.

Assim, se, por um lado, um dos maiores méritos da sociedade de informação é a redução das desigualdades sociais por meio do acesso à informação, por outro, um dos maiores desafios é conseguir o equilíbrio entre o

direito ao acesso à informação e a preservação dos direitos inerentes à propriedade intelectual.

Leonardo Gureck Neto e Guilherme Misugi. A insuficiência dos paradigmas de proteção à propriedade intelectual frente às novas tecnologias: desafios jurídicos em decorrência da comercialização de scanners e impressoras 3D. Internet: <www.publicadireito.com.br> (com adaptações).

01. De acordo com o texto, um dos maiores méritos da sociedade de informação é conseguir o equilíbrio entre o direito ao acesso à informação e a preservação dos direitos inerentes à propriedade intelectual, por outro lado, um dos maiores desafios é a redução das desigualdades sociais por meio do acesso à informação.
02. Infere-se do texto que a existência de competitividade e concorrência entre as indústrias e a consequente importância de se proteger o conhecimento desenvolvido fez com que os ordenamentos jurídicos iniciassem um movimento de positividade com a finalidade de garantir proteção aos direitos de propriedade intelectual.
03. Depreende-se do texto que a Convenção da União de Paris, datada de 1883, foi responsável por proteger internacionalmente a propriedade intelectual.
04. No terceiro parágrafo do texto, os travessões poderiam ser substituídos por vírgulas sem prejuízo ao período.
05. No segundo parágrafo do texto, o trecho "**que a proteção não poderia ficar restrita somente ao território nacional**" indica o complemento da forma verbal "**observar**".
06. O termo "**em que**", no primeiro período do texto, poderia ser substituído por "**o qual**" sem prejuízo ao trecho.

07. No segundo parágrafo, após os dois pontos, há uma explicação a respeito do motivo pelo qual a proteção não poderia ficar restrita somente ao território nacional.

08. A preposição **"de"**, no último período do quarto parágrafo, no trecho **"de limites impostos pelas legislações"** é uma exigência do termo **"decorrência"**.

09. A conjunção em destaque no seguinte trecho **"já que as invenções não estavam restritas ao lugar onde foram criadas"** poderia ser substituída por **"haja vista"** sem prejuízo ao período.

10. O termo **"a ele"**, no final do primeiro período do texto, refere-se ao **"conhecimento desenvolvido"**.

Texto II

Três quartos das drogas utilizadas no receituário médico derivam de plantas descobertas pelo conhecimento indígena. De cento e vinte componentes ativos isolados de plantas, 75% têm origem em seu uso tradicional. O aproveitamento da biodiversidade no mercado transformou-se em um negócio expressivo: a venda de medicamentos derivados de plantas nos Estados Unidos da América (EUA), em 1990, já alcançava US\$ 15,5 bilhões. Especialistas destacam a relevância do conhecimento indígena no que diz respeito a produtos como o quinino (para malária); o curare (relaxante muscular); o diosgenin (hormônio esteroide usado nas pílulas anticoncepcionais); a vincristina (usada na cura do mal de Hodgkin e da leucemia).

Em 1999, organizações indígenas da Amazônia, com o apoio de entidades ambientalistas, entraram com um pedido de anulação da patente da planta ayahuasca ou yagé (Banisteriopsis caapi), registrada por Loren Miller, em 1986. O argumento, apresentado ao Patent and Trademark Office dos EUA, é de que a planta é usada pelos pajés da Amazônia em cerimônias religiosas de cura, para chamar os espíritos e para prever o futuro, devendo ser cuidada e usada com respeito e precaução. Na petição, solicita-se que o serviço de patentes cuide de

registrar apenas produtos aos quais se tenha acrescentado conhecimento, o que não vem ocorrendo com plantas de uso tradicional. O registro aceita como propriedade particular de qualquer um conhecimentos que pertencem há gerações a outras culturas, quebrando a exigência de que a patente caracterize inovação. A solicitação pretende que o serviço de patentes garanta contribuições aos povos indígenas, incentivando a conservação dos sistemas tradicionais de conhecimento da biodiversidade, equilibrando os benefícios entre os operadores do mercado e os detentores do conhecimento por tradição de uso.

Mauro Leonel. Bio-sociodiversidade: preservação e mercado. Internet: <www.scielo.br> (com adaptações)

11. No primeiro período do texto, o trecho **"utilizadas no receituário médico"**, poderia ser reescrito da seguinte forma: **"que são utilizadas no receituário médico"**.

12. A forma verbal **"entraram"**, no primeiro período do segundo parágrafo, indica que o sujeito, nesse contexto, é determinado.

13. No trecho **"no que diz respeito a produtos"** é necessário a inserção de crase, uma vez que o termo **"respeito"** exige a presença da preposição.

14. Os termos **"relevância"** e **"malária"** são acentuados pela mesma justificativa gramatical.

15. O termo **"há"**, no quarto período do segundo parágrafo, poderia ser substituído por **"existem"** sem prejuízo ao trecho em que se insere.

16. A preposição **"para"** nos trechos **"para chamar os espíritos e para prever o futuro"**, no segundo parágrafo, poderia ser substituída sem prejuízo por **"afim de"**.

17. Em relação ao gênero textual, pode-se dizer que o texto apresentado é uma narrativa, uma vez que conta a trajetória das plantas de conhecimentos indígenas no uso médico.
18. Depreende-se do texto que mais da metade das drogas utilizadas no receituário médico derivam de plantas descobertas pelo conhecimento indígena.
19. De acordo com o texto em 1986, organizações indígenas da Amazônia, com o apoio de entidades ambientalistas, entraram com um pedido de anulação da patente da planta ayahuasca.
20. Ao analisar o texto, conclui-se que o aproveitamento da biodiversidade no mercado transformou-se em um negócio insosso.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

Carlos e sua amiga, Rita, passaram no concurso do CNJ e estão trabalhando em um setor com mais 10 pessoas. O superior de Carlos e Rita resolver criar uma comissão com 4 pessoas para desempenho de determinada atividade.

Julgue os itens a seguir:

21. O total de comissões com 4 pessoas que podem ser formadas é inferior a 480
22. Se Carlos e Rita só aceitarem participar da missão se estiverem juntos, então o total de missões possíveis é inferior a 260

O Estratégia concursos emprega vários funcionários distribuídos por quatro departamentos, que são: contabilidade, tecnologia, vendas e administrativo. Ambos os gráficos abaixo mostram a distribuição desses funcionários pelos departamentos da empresa.



Julgue os itens seguintes:

23. A análise dos gráficos permite concluir corretamente que o total de funcionários do Estratégia Concursos que trabalham no setor de vendas é superior a 580

24. O ângulo correspondente ao setor de Contabilidade no gráfico de setores é inferior a 50°

Em um setor do CNJ, estão de plantão doze analistas, sendo sete homens e cinco mulheres. Desse total de analistas, dois serão escolhidos ao acaso para compor uma comissão que atuará em uma missão.

Julgue o item seguinte:

25. A probabilidade de que essa equipe tenha pelo menos uma mulher é de $15/22$

O quarto, o quinto e o sexto termos de uma progressão aritmética são expressos por $x + 1$, $x^2 + 4$ e $2x^2 + 3$, respectivamente.

Julgue os itens seguintes:

26. A razão da progressão aritmética é igual a 15.

27. A soma dos dez primeiros termos da P.A. é superior a 270.

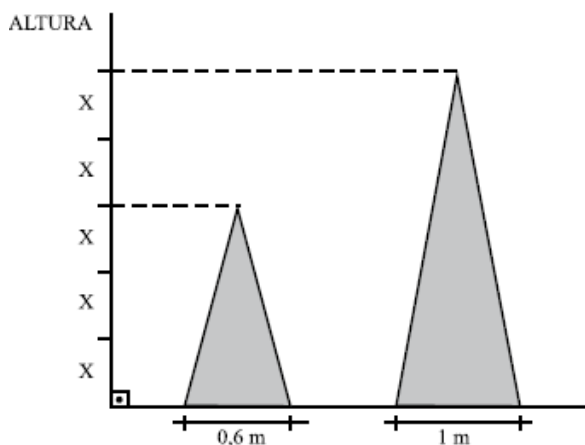
A pedagoga de um colégio quis saber a preferência de seus alunos sobre três disciplinas: Matemática, Língua Portuguesa e Filosofia. Para isso, elaborou uma ficha em que cada aluno marcaria com um X quais disciplinas eram de sua preferência, podendo marcar quantas disciplinas quisesse. O resultado foi o seguinte: 27 alunos marcaram as três disciplinas, 50 marcaram as disciplinas Matemática e Língua Portuguesa, 48 marcaram Língua Portuguesa e Filosofia, 52 marcaram Matemática e Filosofia, 80 marcaram Filosofia, 78 marcaram Matemática e 82 marcaram Língua Portuguesa.

Julgue o item seguinte:

28. Se todos os alunos marcaram pelo menos uma disciplina e preencheram somente uma ficha cada, então o total de alunos consultados foi superior a 120

O Estratégia Concursos resolveu criar imagens natalinas decorativas para o final de 2023.

A soma das medidas das alturas das duas imagens natalinas é igual a 8 m.



Julgue os itens seguintes:

29. A área do triângulo menor é superior a 1 m^2 .

30. Se em cada imagem natalina foram instaladas 400 lampadzinhas coloridas por metro quadrado, pode-se concluir que o número de lâmpadas instaladas na imagem de maior altura é igual a 1000.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

31. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Decreto nº 1.171/1994, analise a seguinte afirmação:

Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, caracteriza apenas uma atitude contra a ética.

32. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Decreto nº 1.171/1994, analise a seguinte afirmação:

O servidor público pode eventualmente apresentar-se embriagado fora do serviço, sem que isso configure uma atitude antiética.

33. Conforme a Resolução CNJ n. 513/2023, o Prêmio 'Responsabilidade Social do Poder Judiciário e Promoção da Dignidade' é concedido anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça apenas a pessoas jurídicas que se destacaram na promoção da inclusão social e no combate ao tráfico de pessoas.

34. De acordo com as disposições sobre igualdade de direitos e combate à discriminação em processos de adoção previstos na Resolução CNJ n. 532,2023, analise a seguinte afirmação:

Os tribunais e magistrados(as) podem manifestar-se contrariamente aos pedidos de habilitação de pretendentes à adoção pelo fundamento exclusivo de se tratar de casal homoafetivo.

TRANSPARÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos legais das Leis 12.527/2011 e 13.709/2018, julgue os itens a seguir.

- 35.** Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade deverá ser negado o acesso à informação.
- 36.** O serviço de busca e de fornecimento de informação é gratuito, como regra geral, embora possa se cobrar o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados, quando o serviço de busca e de fornecimento da informação exigir reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada.
- 37.** A competência para classificação como ultrassecreta e secreta poderá ser delegada pela autoridade responsável a agente público, exceto em missão no exterior.
- 38.** Relatório de impacto à proteção de dados pessoais consiste representa medida que resulta na suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados, com vistas à mitigação de riscos do tratamento.

SOCIOAMBIENTAL NO SERVIÇO PÚBLICO

André Rocha

A Política de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do Poder Judiciário foi instituída e disposta pela Resolução CNJ nº 400/2021, considerando especialmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Sobre a referida norma, julgue os itens **39** e **40**.

- 39.** Na composição dos indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS), cada órgão deve utilizar todos os indicadores de desempenho para avaliação do desenvolvimento ambiental, social e econômico do PLS, conforme Anexo da Resolução.
- 40.** Os órgãos do Poder Judiciário devem implementar plano de compensação ambiental até o ano 2030 (Agenda 2030 – ONU), a fim de monitorar, reduzir permanentemente e compensar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) resultantes de seu funcionamento.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

- 41.** A administração gerencial constitui uma modernização do Estado burocrático, mantendo o foco no planejamento das políticas públicas e na atuação empresarial do Estado.

42. O Balanced Scorecard – BSC é um sistema de controle e gestão do desempenho organizacional, cujo objetivo é relacionar o mapeamento estratégico da organização com um conjunto de indicadores de desempenho, promovendo interligações entre as diversas áreas. Na implantação desse sistema, é necessário construir alguns elementos conceituais, para que se promova o acompanhamento da gestão estratégica, a exemplo dos cenários, que permitem uma análise e acompanhamento das prospecções futuras.
43. O critério de departamentalização que apresenta como principal vantagem facilitar a coordenação intradepartamental e a inovação, que fixa a responsabilidade para um produto ou serviço, sendo indicada para circunstâncias externas e mutáveis, e que permite flexibilidade é a departamentalização por clientela.
44. Para realizar projetos é necessário concentrar esforços nas partes menores, que tenham entregas alcançáveis, cujos prazos possam ser cumpridos, relacionando desde as entregas micro até as macroentregas.
45. O modelo de excelência preconizado pelo Fundação Nacional de Qualidade apresenta como fundamento a adaptabilidade que se refere à capacidade de interdependência entre os diversos componentes que interagem com a organização e afetam o alcance dos objetivos e estratégias.
- segmentos da Justiça e em todos os graus de jurisdição o uso da linguagem simples.
47. O Presidente do CNJ, nas ausências e impedimentos, é substituído pelo Vice-Presidente do órgão. Ainda, se os dois não estiverem presentes, quem os substituirá será o Corregedor, oriundo do STJ.
48. Segundo o Regimento Interno, o mandato dos conselheiros será de dois anos, prorrogável por mais um biênio consecutivo.
49. Na convocação e designação de juízes e juízas auxiliares, na designação de cargos de confiança e assessoramento, na composição de comissões, comitês, grupos de trabalho, ou outros colegiados ou coletivos, nas mesas de eventos institucionais e na contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, considerada cada função do contrato, a Presidência, ou o agente que receber a atribuição por delegação, observará preferencialmente, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de mulheres.
50. Ao STF é dada a competência para processar e julgar ações ordinárias contra decisões e atos administrativos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) proferidas no âmbito de suas atribuições constitucionais.

NORMAS INSTITUCIONAIS

Arthur Conde

46. Nos termos da Portaria nº 351/2023, julgue o item que se segue: o CNJ instituiu o Selo de Linguagem Simples, com a finalidade de reconhecer, dar publicidade, estimular e disseminar em todos os

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***João Trindade*

Julgue os itens a seguir, a respeito da organização e funcionamento do Poder Judiciário nacional:

- 51.** Não se aplica o regime de precatórios em relação ao pagamento de obrigações definidas como de pequeno valor, o que pode ser feito por lei de cada unidade federada.
- 52.** Compete ao Senado Federal processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, os membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- 53.** O controle das contas públicas realizado pelo CNJ exime o Judiciário de submeter-se ao controle dos tribunais de contas, por aplicação do princípio da eficiência.

Em relação ao controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir, à luz da Constituição Federal, da legislação de regência e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF):

- 54.** Se o Poder Legislativo apresentar projeto de lei em completa contrariedade a decisão vinculante do STF, em nítida tentativa de *backlash*, justifica-se excepcionalmente a concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, a fim de fazer cessar a discussão e deliberação do projeto de lei citado.
- 55.** Se o Governador de um Estado da Federação desejar que o STF confirme a constitucionalidade de lei estadual, a qual é objeto de relevante controvérsia judicial, pode ajuizar na Corte uma ação declaratória de constitucionalidade.

- 56.** Embora o Código de Processo Civil (CPC) elenque como requisito para o ajuizamento de reclamação o esgotamento das instâncias ordinárias, admite-se excepcionalmente a superação desse requisito, quando demonstrado o perigo de perecimento do direito pelo decurso do tempo.

A respeito das Ordens Econômica e Social, do Sistema Tributário e da Hermenêutica Constitucional, julgue os itens que se seguem:

- 57.** A equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) fere o princípio da livre iniciativa, por se tratar de agentes econômicos distintos.
- 58.** O Imposto sobre Bens e Serviços, a ser instituído mediante lei complementar, terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, sendo certo que cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica, e será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.
- 59.** O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional e das comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
- 60.** A partir dos pressupostos da moderna hermenêutica filosófica, resta evidenciado que o fenômeno da mutação constitucional demonstra a equivalência entre norma e dispositivo normativo, de modo que aquela não pode distanciar-se deste, ainda que haja mudança do âmbito normativo ou contextual.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

José é servidor público federal e notou que recebeu sua remuneração com valores muito mais altos do que o normal. Ao consultar o seu contracheque, notou que estavam descritas verbas indenizatórias que não reconhecia e que sabia que não fazia jus recebimento. Nos termos da Lei 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue os itens a seguir.

- 61.** Caso o pagamento indevido a José tenha ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela.
- 62.** A responsabilidade civil-administrativa do servidor público estatutário somente se configura quando este pratica ato comissivo no desempenho do cargo ou função.

João prestava serviços de forma voluntária ao Conselho Nacional de Justiça quando, dolosamente, permitiu que um colega utilizasse a impressora da repartição para imprimir centenas de páginas de um livro, que seria comercializado posteriormente. Considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, julgue os itens a seguir.

- 63.** João será responsabilizado pelo ato de improbidade cometido, já que sua conduta causou lesão ao erário.
- 64.** Por ser voluntário, João não responde por improbidade administrativa, mas poderá ser responsabilizado civilmente pelo dano causado ao erário.

- 65.** João não responde por ato de improbidade administrativa, uma vez que não foi ele quem utilizou dos bens públicos para fins privados.

Em um município brasileiro, a administração pública identificou a necessidade de adquirir hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis para abastecer as escolas municipais durante o período letivo. Considerando a urgência em garantir o fornecimento desses alimentos de forma contínua e a necessidade de manter a qualidade dos produtos, o gestor público decide realizar a aquisição diretamente, sem a realização de processo licitatório. Acerca dessa situação hipotética e com base no disposto na Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- 66.** A decisão do gestor está correta, pois é permitida a dispensa de licitação para a aquisição de gêneros perecíveis, desde que seja no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia.
- 67.** Ainda que a contratação pretendida seja realizada sem licitação, o processo de contratação direta deverá ser instruído com a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessária.

Suponha que o Ministério “X” esteja realizando, através da Secretaria “W”, subordinada ao referido Ministério, ação de fiscalização através da qual encontra diversas irregularidades, que devem ser sanadas de maneira urgente. Diante da gravidade da situação e da necessidade de uma intervenção imediata, o Ministro “X” decide avocar temporariamente a competência atribuída ao órgão hierarquicamente inferior. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, julgue os itens a seguir.

68. A avocação temporária de competência, realizada pelo Ministro “X”, está em conformidade com a legislação, uma vez que se enquadra como uma medida excepcional, temporária e por motivos relevantes devidamente justificados.

69. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.

Julgue o item seguinte, relacionado à legislação vigente e à jurisprudência do STF quanto à responsabilidade civil do Estado.

70. A responsabilidade civil estatal engloba a reparação econômica de danos causados a terceiros, desde que sejam danos ocorridos na esfera patrimonial.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

De acordo com as disposições da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, julgue os itens 71 a 73.

71. Em razão do instituto da repristinação tácita, amplamente aceito pelo corpo jurídico brasileiro, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

72. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. Com base na contextualização e segundo disposição legal, reputa-se ato jurídico perfeito o ato consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

73. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país e nos países estrangeiros onde há obrigatoriedade da lei brasileira, quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

Sobre as pessoas naturais, pessoas jurídicas e direitos da personalidade, julgue os itens **74** ao **77**.

74. Considera-se personalidade jurídica a capacidade *in abstracto* de ser sujeito de direitos ou obrigações, ou seja, de exercer determinadas atividades e de cumprir determinados deveres decorrentes da convivência em sociedade.

75. Massa falida, espólio, herança jacente ou vacante, sociedade de fato, sociedade irregular e condomínio são entes despersonalizados, pelo que não constituem, efetivamente, pessoas jurídicas. Contudo, possuem direitos e obrigações muito semelhantes a elas, inclusive possuindo capacidade processual.

76. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer proteção aos direitos da personalidade somente os ascendentes ou os descendentes.

77. Cessará, para os menores, a incapacidade pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com qualquer idade tenha economia própria.

Sobre os bens e os fatos jurídicos, julgue os itens **78 a 80**.

78. O uso comum dos bens públicos de uso comum do povo, como rios, estradas e praças, pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

79. A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que corresponder a qual seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das partes, consideradas as informações disponíveis no momento de sua celebração. Ainda, os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente.

80. Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição resolutiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

81. No que concerne às normas fundamentais do processo civil, julgue o item a seguir.

O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício

82. À luz da lei 13.140/2015, que dispõe sobre a mediação, julgue o item a seguir.

O Conselho Nacional de Justiça, em conjunto com o Ministério da Justiça, estabelece requisitos mínimos para a capacitação dos mediadores judiciais.

83. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca do preparo recursal, julgue o item a seguir.

Deve ser exigido o recolhimento do preparo recursal após a desistência de recurso que verse sobre a concessão da gratuidade da justiça, ante o princípio da causalidade.

84. Conforme as disposições do Código de Processo Civil (CPC), a respeito das Despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas, julgue o item a seguir.

A União e os Estados devem criar fundos de modernização do Poder Judiciário, aos quais serão revertidos os valores das sanções pecuniárias processuais destinadas à União e aos Estados, e outras verbas previstas em lei.

85. Conforme as disposições do Código de Processo Civil (CPC), a respeito da prática eletrônica de atos processuais, julgue o item a seguir.

As unidades do Poder Judiciário deverão manter gratuitamente, à disposição dos interessados, equipamentos necessários à prática de atos processuais e à consulta e ao acesso ao sistema e aos documentos dele constantes.

86. À luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item a seguir:

É incabível ação rescisória contra decisão proferida em agravo de instrumento que determina a retificação da parte beneficiária de precatório judicial.

87. Conforme as disposições do Código de Processo Civil (CPC), a respeito da comunicação dos atos processuais, julgue o item a seguir.

A citação poderá ser feita em qualquer lugar em que se encontre o réu, o executado ou o interessado.

88. Conforme as disposições da Lei 10.259/2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, julgue o item a seguir.

Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário

89. A respeito da ação civil pública e da ação de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

Da decisão que converter a ação de improbidade em ação civil pública caberá agravo de instrumento.

90. No que concerne ao entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da competência, julgue o item a seguir.

Compete à Justiça estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a ANATEL não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, nem oponente.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

91. Acerca da lei penal no tempo e no espaço, julgue o item a seguir:

Nos crimes permanentes o momento consumativo se prolonga no tempo, de forma que, sobrevindo nova lei mais grave antes de cessar a permanência, esta nova lei será aplicável ao fato já iniciado.

92. Acerca da lei penal no tempo e no espaço, julgue o item a seguir:

No caso de crimes cometidos a bordo de aeronaves e embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar, será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da territorialidade.

93. Acerca da extinção da punibilidade, julgue o item a seguir:

A prescrição da pena de multa ocorrerá no prazo de 02 (dois) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada, bem como quando for cominada alternativamente à pena privativa de liberdade.

94. Acerca da ilicitude e da culpabilidade, julgue o item a seguir:

A prática de determinada conduta em situação de coação física irresistível configura causa de exclusão da culpabilidade, por inexigibilidade de conduta diversa.

95. Acerca das penas, julgue o item a seguir:

Situação hipotética: Gabriel, reincidente, mas portador de circunstâncias judiciais favoráveis, foi condenado pela prática do crime de roubo simples a uma pena de 04 anos de reclusão e multa, por ter subtraído, mediante grave ameaça, o celular de um pedestre.

Assertiva: nesse caso, poderá ser fixado o regime inicial semiaberto, sem possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos

96. Acerca do concurso de pessoas, julgue o item a seguir:

Há desvio subjetivo de conduta na hipótese em que algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, de forma que ser-lhe-á aplicada a pena deste, sem possibilidade de aumento de pena, ainda que previsível o resultado mais grave.

97. Acerca dos crimes contra a fé pública, julgue o item a seguir:

Situação hipotética: Thales, após ser reprovado diversas vezes no exame prático e não conseguir obter sua carteira nacional de habilitação, decide falsificar uma. Após ele próprio falsificar a CNH, Thales passa a dirigir seu veículo portando a CNH falsificada. Ao ser parado em uma blitz da PRF, Thales apresenta ao policial a CNH falsa. O policial, percebendo a falsidade, dá voz de prisão em flagrante a Thales.

Assertiva: nesse caso, Thales deverá ser condenado apenas pelo crime de falsificação de documento público, sendo o uso do documento falsificado considerado um pós-fato impunível.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

98. Julgue o item a seguir.

Em se tratando do procedimento ordinário, Em se tratando do procedimento ordinário, se o réu for citado e não apresentar resposta no prazo de 15 dias, e não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos.

99. Julgue o item a seguir tendo por base a teoria da prova.

Na ausência do exame de corpo de delito em razão da impossibilidade de sua realização, poderá suprir sua falta a prova testemunhal.

100. Diante do caso hipotético, julgue o item a seguir.

Mauro está sendo processado criminalmente pela prática de crime de estelionato. Ao receber a citação, percebe que o juiz da causa é Elias, de quem é inimigo capital. Diante disso, deverá se valer da exceção de suspeição, buscando ser processado e julgado perante juiz imparcial.

101. Julgue o item a seguir.

Segundo o Código de Processo Penal, no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri. Ademais, nos casos de concurso de jurisdições de mesma categoria, preponderará a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações.

102. Sobre habeas corpus e recursos, julgue os seguintes itens.

A apelação da sentença absolutória não impedirá que o réu seja posto imediatamente em liberdade, salvo quando se tratar de réu reincidente.

103. Julgue o item a seguir.

Quando decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

104. No processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos a resposta preliminar deve ser realizada no prazo de 15 dias a contar do recebimento da notificação pelo acusado.

DIREITO HUMANOS

Géssica Ehle

A respeito da teoria geral dos Direitos Humanos, Direitos Humanos na CF/88, a posição hierárquica dos tratados internacionais de Direitos Humanos, os Direitos Humanos e o acesso à justiça, bem como os Direitos Humanos em espécie e grupos vulneráveis, julgue os itens a seguir.

105. Os direitos humanos de primeira geração versam sobre direitos civis e políticos, assentados junto ao lema da igualdade entre os indivíduos, na presença de um Estado positivo.

106. Caso determinado indivíduo, pessoa natural, promova grave violação a um direito humano, poderá ter suspensos os direitos humanos que possui na condição de sujeito passivo.

107. A dignidade da pessoa humana encontra-se expressas junto ao Texto Constitucional como fundamento e objetivo da República Federativa do Brasil.

108. Um tratado internacional sobre direitos humanos poderá assumir o *status* de Emenda Constitucional, a exemplo da Convenção Americana de Direitos Humanos.

109. Por meio do Decreto nº 8.727/2016, adotou-se o uso do nome social no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Sobre o direito de uso do nome social, esse deverá constar junto de documentos oficiais de pessoa travesti ou transexual, desde que mediante requerimento do interessado e de modo conjunto ao seu nome civil.

110. Nos termos da Lei nº 14.489/2022, intitulada “Lei Padre Júlio Lancelotti”, tem-se a vedação ao uso de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público, norma que impõe limites ao uso de cercas elétricas.

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

Paulo Sousa

De acordo com a Lei 6.015/73 (Lei de Registros Públicos), julgue os itens 111 a 114

111. As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal serão obrigatoriamente registradas no lugar do nascimento.

112. Os registros poderão ser escriturados, publicitados e conservados em meio eletrônico, obedecidos os padrões tecnológicos estabelecidos em regulamento.

113. O registro civil de pessoas naturais funcionará todos os dias úteis.

114. Os oficiais e os encarregados das repartições em que se façam os registros são obrigados a lavrar certidão do que lhes for requerido e ainda fornecer às partes as informações solicitadas.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Tiago Zanolla

115. João é um servidor do Poder Judiciário designado para supervisionar a listagem pública dos serviços notariais e de registro autorizados para procedimentos de conciliação e mediação. Ele verificou que um serviço notarial está conduzindo sessões de conciliação sem estar listado publicamente no site da corregedoria-geral de Justiça.

"De acordo com a Resolução CNJ n. 149/2023, é obrigatório que os serviços notariais e de registro autorizados para procedimentos de conciliação e mediação sejam listados publicamente no site da corregedoria-geral de Justiça."

116. Ana, uma magistrada vitalícia, foi nomeada para exercer a função de professora em um curso oficial de preparação para a judicatura.

Conforme a Lei Orgânica da Magistratura, Ana pode exercer a função docente em curso oficial de preparação para a judicatura sem que isso seja considerado exercício de outro cargo."

117. Considerando a Resolução Nº 213 de 15/12/2015, os agentes policiais responsáveis pela prisão ou pela investigação devem estar presentes durante a audiência de custódia, desde que não interfiram no andamento da audiência.

118. Após a identificação de um indígena em um processo judicial, o tribunal optou por não encaminhar as cópias dos autos à Funai, justificando que o processo não tinha relevância indígena. Considerando a Resolução Nº 287 de 25/06/2019, avalie a seguinte afirmação:

"Os tribunais devem encaminhar as cópias dos autos do processo à Funai em até 24 horas após a identificação de uma pessoa indígena, independentemente da relevância do processo."

119. Durante a execução de um programa de saúde, a equipe optou por focar exclusivamente em aspectos físicos, ignorando fatores psicológicos e sociais. Avalie a seguinte afirmação:

"Essa abordagem está alinhada com a Resolução Nº 207 de 15/10/2015, que destaca a importância de uma visão integral do processo de saúde/doença."

120. Conforme a Resolução Nº 299 de 05/11/2019, a capacitação específica é um requisito para as equipes técnicas interprofissionais que atuam na tomada de depoimento especial.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
